

COIMBRA (Santa Cruz)

Mosteiro de Santa Cruz

O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA tem um enquadramento urbano, localizando-se na freguesia com o mesmo nome. Situa-se na Praça 8 de Maio, espaço urbano de cariz irregular que comunica, entre outros arruamentos, com a Rua Visconde da Luz e com a Rua da Sofia.

O mosteiro foi fundado em 1131, por D. Telo, arcebispo da sé de Coimbra, com um claro objetivo de renovação da vida canónica centrada na *cura animarum*, e submetendo-se aos costumes de São Rufo de Avignon, em particular a chamada *Regula tertia*. Supõe-se que a vida em comunidade terá começado desde logo com 72 cónegos. De entre aqueles que acompanharam D. Telo estavam São Teotónio e D. João Peculiar, mais tarde bispo do Porto e arcebispo de Braga.

No ano anterior, em 1130, D. Afonso Henriques doara a D. Telo o edifício do *balneum regis* com seus terrenos e seus termos. Segundo Jorge Alarcão, é possível que os banhos tenham sido demolidos para dar lugar à igreja de Santa Cruz.

A primeira pedra da igreja do mosteiro foi lançada a 28 de junho de 1131 e logo em fevereiro do ano seguinte, já se seguia no mosteiro a Regra de Santo Agostinho. Em oito meses, entre junho de 1131 e fevereiro de 1132, D. Telo teria promovido a construção de várias dependências do mosteiro, como o claustro, o dormitório, o refeitório e demais dependências. A historiografia coimbrã atribuiu a D. Telo a idealização de todo o conjunto.

Segundo Nogueira Gonçalves e Craveiro, a 26 de maio de 1135 foi concedido por bula papal de Inocêncio II o privilégio desejado de obtenção da isenção da jurisdição episcopal, ficando Santa Cruz imediatamente sujeita à sé Apostólica, resolvendo assim a contenda entre crúzios e a sé coimbrã, que Alexandre III viria a reconhecer em 1163. Bernardo Vasconcelos e Sousa data este privilégio de isenção de 1154. Na realidade, sucederam-se os diplomas apostólicos sobre esta questão.

A cabeceira da igreja, com sua abside e absidíolos, estava terminada em 1136, conforme deduz Nogueira



Perspetiva geral da igreja. Alçado oeste

Gonçalves através das notas dos funerais de D. Telo. O defunto terá sido deposto na capela do Espírito Santo que ficava ao lado do Evangelho.

Uma cópia moderna da inscrição funerária de D. Telo (m.1136), encontra-se embutida na parede sul do claustro da igreja do mosteiro de Santa Cruz. Segundo leitura de Mário Barroca, diz:

III · IDVS · SEPTEMBRIS · / OBIIT · D(omnus) · TELLO · PRESBYTER · / ARCHIDIACONVS · COLIMBriensis · / CANONICVS · ET · FVNDATOR · / HVIVS · MONASTERII · S(ancte) · CRVCIS · / AN·NO · DOMINI · M · C · XXXX [sic]

O mosteiro ergueu-se numa zona já razoavelmente habitada. A paróquia crúzia estaria criada e delimitada em 1137. D. João de Anaia deve ter sagrado o altar numa capela lateral poucos anos depois, em 1148.

O templo estaria concluído na década de 1150 ou, quando muito, estaria a cabeceira concluída e o corpo da igreja definido pois D. João Peculiar terá consagrado o altar da capela-mor em 1154. Este bispo exerceu um papel fundamental para que o mosteiro alcançasse privilégios junto da Santa Sé.

Desde o primeiro momento, o mosteiro contou com uma especial proteção de D. Afonso Henriques, tornando-se o centro religioso mais beneficiado pela Coroa. Além disso, coube a este mosteiro o destino de Panteão Real, acolhendo o túmulo deste monarca e de seu filho, D. Sancho I. Segundo Craveiro, que se apoiou na descrição do memorialista seiscentista de D. José de Cristo, os dois monarcas teriam sido sepultados no claustro, e não no nártex da igreja como defendeu, a título de exemplo, Nogueira Gonçalves. Os túmulos dos monarcas estão hoje na capela-mor e em cenotáfios, que D. Manuel I mandou edificar.

Uma outra inscrição, evocativa da morte de São Teotónio, a 18 de fevereiro de 1162, encontrava-se na tampa do seu sarcófago, e hoje serve de altar na sua capela, erguida na parede sul da sala do Capítulo do Mosteiro de Santa Cruz. Segundo Mário Barroca lê-se:

[in:] XII : K(a)L(endas) : M(a)RCII : OBIIT : DOMNVS : THEOTHONIVS : P(r)IMVS : P(r)IOR : ET : PATER : MONASTEERII : SANCTE : + [crucis] : E(ra) : M : C [C]

Ao longo da Idade Média, o património do mosteiro foi sendo acrescentado, tanto por doações régias como particulares. As contendas que derivavam dos direitos patrimoniais e eclesiásticos eram frequentes. Desde cedo os crúzios ficaram senhores do eclesiástico de Leiria. São conhecidos litígios entre o mosteiro e o episcopado, sobre a apropriação pelos crúzios de direitos eclesiásticos devidos ao bispo, e entre o mosteiro e outras Ordens Religiosas e Militares. Em 1165, D. Gualdim Pais mestre da Ordem do

Templo, vende ao mosteiro de Santa Cruz as casas que a Ordem possuía nos subúrbios de Coimbra, num terreno dos Crúzios, chamado Almuinha do Rei, junto à igreja de Santa Cruz, por 60 morabitinos. Data de 1200 um litígio acerca das propriedades dos Crúzios em Soure e das casas dos Templários junto a Santa Cruz.

Proveniente do mosteiro de Santa Cruz, e atualmente no Museu Machado de Castro, é a inscrição funerária da mãe do presbítero Gonçalo, cônego do mosteiro, datada de 13 de março de 1173. Mário Barroca apresenta a seguinte leitura:

III : IDVS : MARCII : OBIIT : GV[...]O : PE / LAGII : MATER : GV(n)DISALVVI : PresBiteRI / C(anonici) : S(ancta) : + [crucis] : E(ra) : M : CC : XI :

D. Miguel Salomão, cônego de Santa Cruz e bispo de Coimbra entre 1162 e 1176, foi sepultado no mosteiro. A inscrição funerária foi gravada na secção lateral da tampa do seu sarcófago. A leitura de Mário Barroca é a seguinte:

NONAS : AVGVSTI : OBIIT DOMNVS : MIC(h)AEL : COLIMBRIENSIS : EPISC(opus) : C(a)N(onic)us : S(anctae) : + [crucis] : E(ra) : M : CC : X VIII

A inscrição funerária de D. João Teotónio, segundo prior de Santa Cruz, e que morreu a 29 de outubro de 1181, sobreviveu graças a uma cópia moderna, executada em 1630. Encontra-se na capela de São Teotónio, na sala do Capítulo do Mosteiro. Mário Barroca propõe a seguinte leitura:

III K(a)L(endas) LovemBRIS · OBIIT · D(omnus) · IO(h)ANNES THEOTONII · SECV / NDVS PRIOR · MONASTERII · S(ancte) · CRVCIS · ANNO · Domini / M · C · LXXXI · TRANSLATA FVERVNT EIVS OSSA E / CLAVSTRO · IN · HVNC LOCVM · DIE SEPTIMA · APRILIS · ANNI Domini · M · DC · XXX ·

O filho de D. Sancho I e D. Dulce, D. Henrique, foi sepultado na igreja do mosteiro de Santa Cruz, tendo morrido muito novo, com pouco mais de quatro anos, a 8 de dezembro de 1191. No seu epitáfio, lê-se, segundo Mário Barroca:

[... dec]emBRIS : OBIIT : (h)ENRRICV[s f]ILIVS : REGIS : DONNI [sic] : SANCII : ET : REGINE : DomNE : DVLICII

A inscrição funerária de D. Nuno Guterres, subdiácono da sé de Coimbra, que terá morrido a 30 de outubro de 1202, é proveniente do mosteiro de Santo Cruz e está atualmente no Museu Machado de Castro. A leitura de Mário Barroca é a seguinte:

: III: KaLendas : NOVemBRis : OBIIT : NU / NUS : SUBdiaconus : GUTERRIZ : / C(anonic)us : S(anct)E : M(ari)E : ERA : M^a : CC^a : X^a :



Igreja. Capela-mor. Túmulos manuelinos dos monarcas D. Afonso Henriques e D. Sancho I

Claustro. Sepultura do cônego D. Miguel Salomão, datada de 1180 (era MCCXVIII)



Destaque-se a inscrição comemorativa da oferta de uma cruz processional de ouro ao mosteiro de Santa Cruz, em cumprimento de uma cláusula do testamento de D. Sancho I, datada de 1214, atualmente no Museu Nacional de Arte Antiga:

DomNus / SAN / CIUS / REX / IUS / SIT / FIE / RI : / HANc / +
[crucem] / ANno / INcAR / NATI / ONIS / M : CC : XIII

A igreja de Santa Cruz de Coimbra foi sagrada a 7 de janeiro de 1228, estando presente um legado do papa Gregório IX, João de Abbeville, cardeal-bispo de Sabine, que a crónica dos cônegos regnantes também assinala. A inscrição comemorativa, embutida sobre o arcossólio que abriga o túmulo de D. Miguel Salomão, reflete esse acontecimento. A leitura de Mário Barroca é a seguinte:

I(o)H(a)Nnes : DEI : GRATIA : SABINENSIS : EPISCOPUS :
APOSTOLICE : SEDIS : LEGATUS : UNIVERSIS : XPI : FIDELIBUS :
PRE / SENTES : LITTERAS : INSPECTU(ris) : SALUTEM : IN D(omi)
NO : CONSECRAVIMUS : IN CRASTINO : EPIPHANIE : ECCLESIAM
: / S[ancte crucis colim]BRIENSIS : QUE : AD : ROMANAM :
ECCLESIAM : IMMEDIATE : PERTINET : EXCOMUNI / CAN[tes omnes
il]LOS : M[ai]ORES : SCILICET : ET : MINORES : QUI : IMMUNITATEM :
IPSIUS : ECCLESIE : / [presumerent viol]ARE : OMNI[bus a]UTE[m]
CORDE [contritis] QUI : AD : DICTAM ECCLESIAM : / [sancte
crucis in anniversario dedicationis ipsius] ACCESSERINT : /
[...] [qua]DRAGIN / [ta] [...] UM : EST : / [...]S : ANO : Iº

A propósito da dedicação solene que esta inscrição comemora, Alarcão defende que foi mais um ato de “re-consagração” do que de consagração.

A inscrição funerária de D. Pedro Soeiro, datada de 22 de junho de 1233, fora colocada no claustro do mosteiro de Santa Cruz, mas hoje o seu paradeiro é desconhecido. Mário Barroca adotou a leitura de Fr. Timóteo dos Mártires, segundo a qual se lia:

“X. kalend. Julij. Obijt D. Petrus Suerij Colimbriens. Epus
E. M. CC. L. XX. J.”

Em março de 1264, D. Afonso III toma o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na guarda e proteção real, privilégio confirmado cerca de vinte anos mais tarde, em 1282, por D. Dinis, o qual estende a prerrogativa aos seus homens e bens.

Também na igreja do mosteiro de Santa Cruz fora sepultada D. Constança Sanches, filha bastarda de D. Sancho I e de D. Maria Pais Ribeira, que morreu a 8 de agosto de 1269. O seu epitáfio está hoje desaparecido. D. Fernando Fernandes Cogominho e sua mulher, D. Joana Dias, foram sepultados na igreja do mosteiro. Fernando Fernandes Cogominho era privado da corte de D. Sancho II e de D. Afonso III. No epitáfio da sepultura, que se conhece por uma cópia do século XVI, lê-se a data de 1277.

Segundo a lista das igrejas, mosteiros e comendas de 1320, com as taxas para a Cruzada, o mosteiro de Santa Cruz contribuía com um exorbitante valor de 21 000



Claustro. Sepultura de
D. Henrique



Interior da igreja. Arco de entrada da antiga capela dos Mártires de Marrocos

libras: a quarta parte das rendas do bispado de Coimbra. Refira-se que a mesa episcopal era taxada em 12 000 libras e a do capítulo em 8 600 libras.

O mosteiro de Santa Cruz era um centro de superioridade intelectual. Muitos dos seus cónegos haviam cursado em Paris e outros estanciado na abadia de São Rufo de Avignon, copiando riquezas librárias. O *scriptorium* de Santa Cruz remonta à fundação do mosteiro e o seu período de maior produção terá decorrido entre 1162 e os finais do século XII. São desta época obras magníficas, como o *Livro das Aves*, datado de 1183. Para além do cartório, existia no mosteiro uma rica biblioteca, com livros raros e preciosos, como é atestado pelo catálogo dos manuscritos de Santa Cruz, realizado em 1997.

A reforma levada a cabo por D. João III, a partir de 1527, converteu o mosteiro na Congregação de Santa Cruz.

Contudo, as obras de demolição da estrutura românica e reedificação da igreja dentro da linguagem manuelina terão ocorrido entre 1507 e 1515. António de Vasconcelos



Interior da igreja. Arcos do primitivo nártex da igreja de Santa Cruz



Interior da igreja. Vestígios de fresta



Claustro. Vestígios de um arco



Museu Nacional de Machado de Castro. Capitéis provenientes do mosteiro de Santa Cruz.

atribuiu as causas de demolição da primitiva igreja à não compreensão da sua importância histórica e valor artístico.

Nogueira Gonçalves conseguiu propor a sua reconstituição, com base em elementos remanescentes e antigas descrições. Além disso, defende a evidência da igreja românica presente na obra manuelina, ao nível do corpo da igreja e da estrutura da fachada, uma vez que a primitiva igreja orientou e condicionou as transformações do século XVI.

Assim, a igreja românica, embora pudesse ser mais pequena que a atual, pode ser perfeitamente reconstituída devido às parcelas conservadas e às antigas descrições. A historiografia tende a afirmar que se compunha a igreja de cabeceira tripartida, escalonada, sendo que se supõe que a abside seria circular no exterior e poligonal no interior. Estrutura idêntica tinham os absidiolos, tal como escavações arqueológicas recentes confirmaram, demonstrando ainda o caráter precoce aqui adotado no contexto da arte medieval portuguesa. O altar-mor era dedicado a Santa Cruz, Nossa Senhora e a São João Evangelista, o do lado do Evangelho ao Espírito Santo e o da Epístola, a Santo Agostinho. Contudo, em estudos mais recentes, Alarcão reforça que o arranjo da cabeceira e possível existência de um transepto continuam por confirmar. Já Craveiro defende que esta seria composta por abside única e que as pequenas capelas laterais que acolitavam a capela-mor, documentadas por Nicolau de Santa Maria, na realidade, deveriam corresponder a arcos abertos lateralmente à capela-mor com uma definição de capelas-nichos.

O corpo da igreja era definido ou por três naves abobadadas, sendo as das colaterais transversais e perpendiculares ao eixo da central, ou por nave única com capelas laterais intercomunicantes. Este arranjo das coberturas configurava capelas laterais, ao modo de intercomunicantes, consagradas, a saber, no sentido do transepto para a fachada principal: na do Evangelho, dedicadas a São

Pedro, São Vicente e Santo Antão e na da Epístola, a São Miguel, Santo André e São Tiago Maior. A capela de São Pedro corresponde atualmente à do Senhor dos Passos.

Conservam-se várias parcelas da fábrica românica, visíveis ao modo de janelas na estrutura parietal atual, nomeadamente parcelas superiores de arcadas em volta perfeita, visíveis em vários pontos da nave. De referir ainda vestígios de frestas parcialmente visíveis ou ainda a persistência de uma arcada com respetivos capitéis. Na igreja do mosteiro de Santa Cruz destaca-se a existência de um maciço turriforme, próprio das igrejas construídas em zonas fronteiriças e, em particular, fora do recinto muralhado. Esta solução defensiva foi também adotada na igreja agostinha de São Vicente de Fora, em Lisboa. Configurado ao modo de ante-igreja, destaca-se pela sua escala, formado por três naves e quatro tramos, cuja largura total é idêntica à da nave central. Compunha-se de dois pisos, o primeiro aberto por arcadas ao nível do solo e com abóbadas de aresta, abrigando os túmulos dos primeiros reis de Portugal e outros enterramentos pios, confirmando um uso "martirial". O segundo piso, transporta-nos para a tribuna e responderia certamente a objetivos litúrgicos específicos, associados à "missa calada" e à "missa oficiada" da prática canonical.

Ferreira de Almeida releva a sua importância histórico-artística enquanto casa-mãe dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, patrocinada por D. Afonso Henriques, fruto de influências provindas de São Rufo de Avinhão e obra do dinamismo e vanguardismo do arcediogo de D. Telo e de outros eclesiásticos ligados à sé de Coimbra. Além disso, o programa arquitetónico aqui concebido mostrou-se de extrema novidade no Portugal de então, ou mesmo na Península Ibérica, quer pela espacialidade, quer pela estrutura, associando no maciço turriforme um amplo espaço, sem colunas, para o serviço litúrgico, com aspetos defensivos. Real é da opinião que, porque limitada

por pesadas muralhas e coroada de merlões, a torre-nartéx de Santa Cruz se assemelhava exteriormente a uma fortificação, sendo que integrava um circuito amuralhado mais vasto, que, depois dos reforços introduzidos no século XIII acabou por se ligar ao sistema defensivo da própria cidade de Coimbra. Alarcão questiona se o nartéx estaria previsto no projeto inicial da igreja, da época românica ou se resultava de uma revisão do mesmo ocorrida quando o corpo da igreja se achava já edificado, mas não concluído.

No contraforte norte da fachada sobrevive aparelho românico. Vários autores são ainda da opinião de que a fachada de Santa Cruz seria de tipologia idêntica à da Sé Velha da cidade, dotada de corpo avançado ao centro, rasgado por janelão sobreposto ao portal elevado, ambos com arquivoltas ornamentadas e separados por pequeno lacrimal sobre arquinhos. Já Craveiro afirma que estudos mais recentes apontam para alternativas de leitura que inviabilizam a continuidade tipológica entre os dois edifícios. Fundamenta a sua tese no recurso a diferentes técnicas construtivas (sistemas de alvenaria no mosteiro crúzio e cantaria na sé) ou na espacialidade (nave única com capelas laterais intercomunicantes e cabeceira com capela única no mosteiro; três naves e cabeceira tripartida na sé). Segundo esta autora, a fachada da igreja de Santa Cruz incorporava, pela primeira vez na cidade, a torre sineira como modelo importado do centro e do norte da Europa.

Ferreira de Almeida propõe que seguramente o seu arquiteto fosse conhecedor do românico da Borgonha, parecendo haver em Santa Cruz uma conotação cluniacense. Segundo Nogueira Gonçalves, o arquiteto do mosteiro de Santa Cruz poderá ter sido mestre Roberto, o mesmo que esteve envolvido nas obras da Sé Velha de Coimbra. Convoça a sua origem clermontina onde é comum a existência da chamada pré-nave que, ao modo de vestíbulo, abre para as naves das igrejas. Craveiro aponta a impossibilidade prática de Roberto ter sido o principal ideólogo do espaço erigido em Santa Cruz, atendendo às diferenças acima apontadas entre o mosteiro crúzio e a catedral medievá da cidade.

O claustro primitivo, românico, da igreja estaria no mesmo sítio que o Claustro do Silêncio, apresentando talvez as mesmas dimensões e cobertura em madeira nas suas galerias. Era em torno desta estrutura que se organizavam os complexos monásticos.

A fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1131, coincide, curiosamente ou não, com a data provável da transferência da corte de D. Afonso Henriques para a cidade do Mondego. D. Afonso Henriques fez de Coimbra a cidade real, e ao mosteiro de Santa Cruz reservou um papel primacial. O primeiro rei outorgou, sucessivamente, ao cenóbio as dignidades de guarda do tesouro régio, de chancelaria real e, também, de panteão dinástico.

Vários autores têm vindo a estabelecer um paralelismo entre o mosteiro de Santa Cruz e a Real Colegiada de Santo Isidoro de León (Espanha), onde além de a partir de 1149 os crúzios terem substituído os beneditinos, assumiu uma forma idêntica na sua construção românica, dotada de nartéx sobrepujado de tribuna.

No mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Santo António de Lisboa aprofundou os seus estudos teológicos, entre 1212 e 1220. Carvalho da Costa afirma, no início do século XVIII, que no mosteiro de Santa Cruz estava “o corpo inteiro do inclyto e santo rey Dom Affonso Henriques” bem como a sua espada.

No Museu Nacional de Arte Antiga expõe-se uma Cruz Processional em ouro e pedras preciosas, datada de 1214, conforme inscrição incisa no reverso da peça. A alfaia foi doada ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em cumprimento de uma cláusula do segundo testamento do rei D. Sancho I (MNAA Inv. 540 Our). Vd. Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa) – Cruz de D. Sancho I.

Na Biblioteca Pública Municipal do Porto está em depósito o acervo da Livraria de Mão do Mosteiro Santa Cruz de Coimbra que integra 97 manuscritos, de que destacamos o *Livro das Aves* (manuscrito Santa Cruz 34) e as Bíblias românicas. Vd. Biblioteca Pública Municipal do Porto (Porto) - *Livro das Aves*, ms. Santa Cruz 34 e Bíblias românicas de Santa Cruz de Coimbra.

Texto: MLB/JL - Fotos: JNG/MLB

Bibliografia

- ALARCÃO, J., 2008, pp. 155-168; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 28, 30, 113 e 115; ALMEIDA, C.A.F., 1987b, p. 28; ALMEIDA, C.A.F., 2001, p. 131; ALMEIDA, F., 1971, IV, p. 122; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 71 (de [1136], setembro, [09]), Insc. n.º 110 (de 1162, fevereiro, 18), Insc. n.º 145 (de 1173, março, 13), Insc. n.º 165 (de 1180, agosto, 5), Insc. n.º 169-A (de 1181, outubro, 29), Insc. n.º 195 (de [1191], dezembro, 08]), Insc. n.º 257 (de 1202, outubro, 30), Insc. n.º 272 (de 1214), Insc. n.º 298 (de 1228, janeiro, 07), Insc. n.º 304 (de 1233, junho, 22), Insc. n.º 374 (de [1269]), BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 84 (de [1136], setembro, [09]), Insc. n.º 129 (de 1162, fevereiro, 18), Insc. n.º 167 (de 1173, março, 13), Insc. n.º 187 (de 1180, agosto, 05), Insc. n.º 192 (de 1181, outubro, 29), Insc. n.º 222 (de [1191], dezembro, 08]); BOTELHO, M.L., 2013b, pp. 176-187, 481-513 e 493-495; CATÁLOGO DOS CÓDICES DE SANTA CRUZ, 1997; COELHO, M.H.C., 1996, pp. 179-205; CORREIA, V. e GONÇALVES, A.N., 1947, p. 40; COSTA, A.C., 1706-12, II, p. 11; CRAVEIRO, M.L., 2011b, pp. 10-19; CRUZ, A., 1964, p. 38; FRIAS, A.F., 2001, pp. LI-LXXXI; GOMES, S.A., 1988, pp. 75-79; GOMES, S.A., 1999, p. 55; GONÇALVES, A.N., 1980a, pp. 69, 71, 154, 161-163, 171, 177 e ss. e pp. 202-203 e 205; MATTOSO, J., 1982, pp. 281-299; MEIRINHOS, J. e FRIAS, A.F., 2001; MENDANHA, F., 2021; MORUJÃO, M.R.B., 2005, pp. 193-223; PIMENTEL, A.F., 2005, pp. 97-145; REAL, M.L., 1974, I, p. 226; REAL, M.L., 1982c, p. 125; ROSAS, L.M.C., 1995, II, pp. 291-299; SIPA, SOUSA, B.V., 2016, pp. 192-195; RODRIGUES, M.A., 2000, p. 207.

Igreja de Santa Justa (vestígios)

O ACESSO AO TERREIRO DA ERVA, onde existiu a igreja de Santa Justa de Coimbra, faz-se pela Rua da Sofia, virando depois pelo Beco de São Boaventura. O acesso viário é feito seguindo pela Rua Simões de Castro, Rua do Carmo, Adro de Santa Justa, até que se chega ao Terreiro da Erva (reservado a moradores).

A antiga igreja de Santa Justa foi erguida no Terreiro da Erva, no bairro das olarias, e encontra-se documentada desde 1098, num documento que indica expressamente *in oriente viam que vadit de Sancta Justa*. Na sequência desta menção, Maria Amélia Campos pressupõe que existiria aí um templo com este orago.

A referência seguinte data de 4 de fevereiro de 1102, em que a igreja é doada por D. Maurício Burdino, bispo de Coimbra, ao abade D. Hugo de Cluny, para aí se instalarem monges do priorado de La Charité-sur-Loire. O monaquismo beneditino de Cluny contou com a proteção de Afonso VI de Leão e Castela que conseguiu que, no Concílio de Coiança (1055), a regra de São Bento se implantasse na Península, suplantando as observâncias do monaquismo visigótico. No nosso território, integrados no *ordo cluniacensis*, e na dependência direta de uma abadia de Cluny, existiam apenas os mosteiros de Rates, Santa Maria de Vimieiro (ambos em Braga) e Santa Justa de Coimbra.

Em março de 1110, D. Henrique e D. Teresa doam ao mesmo priorado de La Charité-sur-Loire a igreja de São Pedro de Rates, como forma de mostrar o seu reconhecimento à poderosa Ordem. Em 1112, o mesmo bispo D. Maurício doou ao abade de Cluny Pedro o Venerável, uma relíquia da Santa Cruz, cravejada de pedras preciosas.

Em maio de 1127, D. Teresa doa à Ordem, na pessoa do mesmo abade, o mosteiro de Santa Maria de Vimieiro, em Braga.

A inscrição mais antiga da igreja de Santa Justa data de 10 de novembro de 1115 e é uma epígrafe funerária de Gonçalo *Folegatus*. Hoje desaparecida, apenas se conhece pela versão de Augusto Filipe Simões, que Mário Barroca reproduz:

"IIII idus Novembris obiit Gonsalvus Folegatus qui relinquit huic ecclesiae tres casales, et tertiam partem de uno molendino pro suo anniversario in Oliveto, Era MCLIII"

Em 1139 é feita a delimitação das paróquias de São João de Santa Cruz e de Santa Justa, mas apenas temos conhecimento do ato por um documento de 1155, onde é renovada essa demarcação.

Depositada no mesmo museu Machado de Castro está outra inscrição proveniente da igreja de Santa Justa, datada de 15 de agosto de 1155. Trata-se da inscrição funerária, em verso, do presbítero Rodrigo, fundador da Colegiada. A leitura apresentada por Mário Barroca é a seguinte:

HOC : IACET : IN PVCLRO: RODERICVS : NEMPE : SEPULCRO. /
QVI : DOMINO : CELI : SERVIVIT : CORDE : FIDELI : /
NAMQVE : LOCO : XPISTO : TEMPLVM: CONSTRVXIT : IN ISTO /
QVOD : BENE : DITAVIT : SACRIS : DONISQVE : BEAVIT : /
CLAVSTRI : STRVCTVRAS : FVNDAVIT : NON : RVITVRAS : /
ATQVE : DOMOS : CVNCTAS : PER : CIRCIVITVM : BENE :
IUNCTAS : /
SED : VIGILI : CVRA : MISERIS : DANS : HIC : SVA : IVRA : /
TEMPORE : SVB : SCRIPTO : MIGRAVIT : PRESBITER : ISTO : /
XVIII : KaLendas : SEPTEMBRIS : ERA : M : C : LXXXIII : /



Museu Nacional de
Machado de Castro.
Inscrição funerária do
presbítero Rodrigo, datada
de 15 de agosto de 1155
(Inv. 653)

A igreja de Santa Justa foi reconstruída antes de 1155, dado de relevo pela sua raridade no contexto da arquitetura da época românica em Portugal. Também por esta altura, D. João Peculiar, arcebispo de Braga, foi delimitar a paróquia da igreja de Santa Justa para pôr termo às questões entre Santa Cruz e os monges da Caridade que ali habitavam, confirmando a delimitação de 1139. Aproveitou ainda a estância em Coimbra para sagrar o altar da capela-mor do mosteiro de Santa Cruz, em 1154.

Edificada em alvenaria, para Alarcão poderá ter sido feita pelo mesmo mestre que trabalhara em Santa Cruz. O mosteiro de Santa Justa dependia de Cluny, onde era tradicional este tipo de construção.

De 1166 data uma epígrafe gravada em sarcófago, proveniente da igreja-colegiada de Santa Justa, atualmente no Museu Nacional Machado de Castro. Segundo a leitura de Mário Barroca,

E(ra) : M^a : CC^a : III^a : IDVS : IVNII : OBIIT : / MARIA :
MENENDICI : VXOR : I(o)H(a)N(ni)S : PELAGII

Trata-se da inscrição funerária de Maria Mendes, mulher de João Pais. Apesar de ter desenvolvido vários esforços, o historiador não conseguiu identificar o casal referido na inscrição, mas adianta poder tratar-se de membros da oligarquia coimbrã.

D. Nicolau de Santa Maria afirma que, em finais do século XII, Santa Justa de Coimbra passou para os Cónegos Regrantes. Porém, esta afirmação não é verdadeira, como comprova Avelino de Jesus da Costa. Houve, na realidade, diversas questões com os bispos de Coimbra. D. Miguel, bispo entre 1162 e 1176 exigia a terça parte das dízimas a Santa Justa. Estas contendas prolongar-se-iam até ao início do século XVI. No século XIV, as propriedades nas

imediações de Santa Justa continuavam a chamar-se “da Caridade”, porém a igreja deixou de constar das Visitas de 1254 e dos Capítulos Gerais de Cluny de 1259. Num documento de 13 de fevereiro de 1380, a igreja de Santa Justa figura já como Colegiada secular.

Segundo o Catálogo das Igrejas realizado em 1320-1321, a igreja de Santa Justa foi taxada apenas em 80 libras, o valor mais baixo do conjunto das igrejas de Coimbra. São Cristóvão (480 libras), São Bartolomeu (540 libras) e Santiago (650 libras) contribuíam com os valores mais elevados. Em 1708, uma grande inundação provocou graves danos estruturais na igreja, obrigando ao abandono da colegiada. Dois anos depois, iniciou-se a edificação de um novo templo, também dedicado a Santa Justa, na rua da Sofia. Na verdade, a dessacralização do edifício existente no Terreiro da Erva, resultante da construção da igreja que agora conhecemos, fez com que a partir do século XVIII se abrisse caminho ao desmantelamento de parte da igreja românica e, simultaneamente, à apropriação de parte da sua estrutura como base de outro tipo de construções. A ruína que chegou aos nossos dias revela um edifício completamente descaracterizado, com uma cota de superfície mais elevada que a medieval (cerca de 8m e posicionada agora ao nível dos arranques da abóbada) e que serviu de base para a construção de uma casa de habitação num piso superior, sobre uma das suas abóbadas, o que contribui para a difícil legibilidade dos elementos remanescentes. Este novo edifício chegou a acolher, ao nível térreo, uma oficina com materiais para automóveis. Simultaneamente, o adro de Santa Justa perdeu o seu nome, passando a chamar-se mais tarde Terreiro da Erva.

Apesar da imensa produção historiográfica consagrada à arquitetura da época românica na cidade de Coimbra,



Museu Nacional de Machado de Castro. Reverso da inscrição funerária do presbítero Rodrigo (Inv. 653)



Vestígios da igreja de Santa Justa (2016)

a verdade é que as referências à igreja de Santa Justa são diminutas, aspeto para o qual contribuiu seguramente a quase inexistência de vestígios materiais do edifício medieval. Uma investigação exaustiva e pormenorizada sobre o espaço urbano, religioso e socioeconómico de Santa Justa de Coimbra na Idade Média foi realizada por Maria Amélia Álvaro de Campos (2012), trazendo à colação importantes fontes documentais, que abordou de forma crítica e aturada.

É, pois, com base nas informações exaradas da documentação por Maria Amélia Campos e da análise dos vestígios presentes neste edifício que podemos pressupor o que seria o românico da igreja de Santa Justa de Coimbra.

Lembrando o desconhecimento quase total quanto à sua plástica decorativa, sabemos que, acabada em 1155, a reforma românica terá sido coeva da igreja românica de São João de Almedina e da edificação de Santa Cruz, cuja primeira pedra foi lançada em 1131, verdadeiro laboratório do românico coimbrão.

Deste modo, sabemos que se a cabeceira tinha os seus elementos abobadados, o mesmo não podemos dizer da nave (ou naves) que, poderia ter sido apenas coberta com madeira, ao modo da igreja de Santiago da mesma cidade. Desconhecemos se a igreja românica tinha transepto, mas a verdade é que a documentação refere a existência de uma Porta Travessa, assim chamada por ser perpendicular à porta principal. A documentação do século XIV confirma o papel fulcral que o claustro, com suas casas do priorado, exercia ao nível da vida da colegiada urbana de Santa Justa. Conforme publica Maria Amélia Campos, o adro de Santa Justa seria delimitado por casas de habitação,



localizando-se aí também o forno que cozia o pão para a igreja como também o cemitério, onde alguns túmulos se destacavam pela sua monumentalidade.

Santa Justa de Coimbra foi a igreja-mãe de Cluny, obra-prima da arquitetura românica da Borgonha, construída pelo abade São Hugo (1049-1109) com doações de príncipes e reis, e donde saíram os modelos e os artistas que espalharam a arte românica pela Europa. Santa Justa de Coimbra, diretamente ligada a um priorado de Cluny, terá refletido esse gosto artístico. Contudo, as vicissitudes por que passou a igreja românica após a sua dessacralização em 1708 levou à perda de grande parte da sua memória material, que sondagens arqueológicas recentes (2017/2018) permitirão salvaguardar e integrar em novo projeto de reabilitação. É, no entanto, possível reconstituir o valor do lugar românico e alti-medieval através das fontes documentais que revelaram a importância e o papel fundamental que a colegiada de Santa Justa exerceu na Coimbra medieval.

Texto: MLB/JL - Fotos: MLB/JNG

Bibliografia

- ALARCÃO, J., 2008, pp. 165, 182; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 54 (de 1115, novembro, 10), Insc. n.º 101 (de 1155, agosto, 15); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 65 (de 1115, novembro, 10), Insc. n.º 119 (de 1155, agosto, 15), Insc. n.º 142 (de 1166, junho, 13); BOISSELLIER, S., 2012, p. 174; BOTELHO, M.L., 2013b, pp. 481-513 e 493-495; BOTELHO, M.L. e CAMPOS, M.A., 2017; CAMPOS, M.A.A., 2012; COSTA, A.J., 1947-48, pp. 195-220; CRAVEIRO, M.L., 2011b, p. 12; DIAS, G.J.A.C., 2000, pp. 381-385; MEM. PAROQ. 1758 (2011), pp. 512-519; PORTAL DO ARQUEÓLOGO; SANTA MARIA, N., 1668, VII, cap. XVIII; SIPA.